

VIRGÍLIO M. VIANA

O Código Florestal e o futuro do Brasil

A discussão do Código Florestal Brasileiro no Congresso Nacional é muito oportuna. Afinal, já se passaram mais de 30 anos da sua concepção.

Nesse período, mudou o cenário ambiental brasileiro – infelizmente, para pior – e se aprofundaram os conhecimentos técnicos e científicos sobre ecologia e conservação florestal. Mudaram os paradigmas do desenvolvimento humano. Mudou também a sociedade brasileira, que hoje vive um processo de fortalecimento do regime democrático, com intensa discussão de temas de interesse público. Evidência disso é o atual debate sobre o projeto de lei que altera o Código Florestal (CF), que tem motivado intenso debate na mídia, na Internet, no Congresso e em eventos técnicos e científicos. Nunca o futuro de nossas florestas foi tão debatido no Brasil. Isso é muito bom.

É necessário começar a análise dos acertos e desacertos do CF pela história recente de nossas florestas. De maneira geral, o processo de desmatamento e uso predatório dos recursos florestais brasileiros se acentuaram desde 1965, data da promulgação do código. Temos hoje mais de 90% da mata atlântica desmatada. Com o fim dessas florestas, degradaram-se os rios e, com isso, o potencial hidroelétrico e de abastecimento de água para uso urbano e rural. Praticamente toda a madeira nativa que consumimos para construir nossas casas e móveis, de 1965 para cá, foi obtida de forma predatória. Mais de 90% da madeira nativa que consumimos hoje, cerca de 30 milhões de m³, é de origem não-sustentável e contribui para a degradação da Amazônia. A cada ano vivemos o drama de milhares de focos de incêndios queimando nossas florestas.

O CF não deve ser visto como o único vilão dessa história, que é fruto de um conjunto de políticas de desenvolvimento equivocadas. Entretanto, é claro que ele tem muitos erros. Por exemplo, ao considerar intocáveis todas as matas ciliares, deixa em total ilegalidade toda a população ribeirinha da Amazônia. Ao fixar limites absolutos, trata ecossistemas da

mata atlântica, do cerrado, da caatinga, etc., como se fossem homogêneos e necessitassem de níveis idênticos de proteção. São equívocos claros. Existem ainda muitos outros.

Boa parte do atual debate em torno do CF, entretanto, está fora de foco. As atenções estão centradas em quanto podemos desmatar.

De um lado, os ruralistas defendem o desmatamento de até 80%. Essa é a posição do relator da matéria no Congresso.

Parte dos agricultores, representados pela Contag, defende o direito de ampliar o desmatamento em pequenas propriedades. O Conama defende não mais de 20% de desmatamento para a Amazônia. A solução para esse duelo de números não está na disputa aritmética, mas na revisão dos paradigmas que fundamentam as diferentes posições. O que precisamos não é definir quanto queremos desmatar, mas sim aproveitar o essa oportunidade histórica para que a sociedade brasileira tome posição sobre o que deseja para o futuro de nossas florestas. Precisamos desmatar para gerar desenvolvimento? As florestas representam o atraso do País ou oportunidades para seu desenvolvimento sustentável? O fundamental é compreender a importância estratégica de nossas florestas para o futuro econômico do Brasil e suas oportunidades para a melhoria sustentável da qualidade de vida da nossa gente. O Brasil tem posição ímpar num mundo onde florestas são cada vez mais escassas: comparando-se ao petróleo, o País tem uma posição mais estratégica que a Arábia Saudita. Temos 3,32 hectares de florestas por habitante, taxa duas vezes superior à da Indonésia, a maior exportadora de madeiras tropicais do mundo. A Amazônia, que representa 65% do território nacional (5,5 milhões de km²), representa mais de 90% das florestas tropicais do País e 26% das reservas do planeta. Convém transformar essa vantagem comparativa em cinzas e substituir as florestas por pastagens de baixa produtividade, como já fizemos em 77% das áreas desmatadas da Amazônia e na maior parte da mata atlântica? Nossas florestas têm enorme potencial para

produzir madeira, cipós, plantas medicinais, essências aromáticas, frutos, etc. Salvo alguns sistemas de manejo de índios, extrativistas e caboclos, nunca soubemos aproveitar esse potencial. Temos tratado nossos bosques como se fossem garimpos. Por isso não produzimos hoje no Sudeste brasileiro nem mesmo 1% do nosso consumo de madeira nativa. Temos uma indústria madeireira nômade, que acompanha a fronteira do desmatamento. Há 30 anos estava no sul da Bahia; há dez, no sul do Pará. Hoje, no norte de Mato Grosso. Amanhã...

As florestas nativas, se manejadas de forma correta, podem produzir mais que a agropecuária. A análise de uma iniciativa piloto de manejo florestal comunitário na região de Xapuri (Acre) revela que a atividade de produção de castanha gerou, em 2000, uma remuneração de R\$ 36 a R\$ 48 por dia de trabalho para os produtores rurais, muito superior aos R\$ 4 a R\$ 6 por dia obtidos com a produção de arroz, milho, farinha e feijão em áreas desmatadas. Na mesma região, o manejo de 1/3 das propriedades dos seringueiros (em média com área total de 300 ha), visando à produção sustentável de madeira, está gerando uma renda líquida de R\$ 5 mil a R\$ 12 mil por família/ano. Soma-se a isso a produção de borracha. Existe ainda o potencial de produzir, na mesma floresta, polpa de açaí, plantas medicinais, essências, aromáticas etc. Isso ilustra o óbvio: a floresta em pé vale mais do que no chão.

Estamos sendo pouco sensatos ao fomentar um modelo de desenvolvimento que considera as florestas obstáculos a ser removidos para a expansão agropecuária. As florestas devem ser vistas como espaços estratégicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Brasil. Cabe ao Brasil uma posição de liderança junto aos demais países da Bacia Amazônica. Devemos observar casos como o da Suécia, onde a indústria de base florestal responde por mais de 17% das exportações, equivalendo a cerca de US\$ 40 bilhões por ano, com uma superfície florestal pouco superior à do Acre, coberta de neve durante boa parte do ano.

Nossa participação no mercado internacional de madeiras tropicais é pequena, mas vem aumentando a cada ano: saltou

de 2,5% em 1990 para 8% em 1995. Infelizmente, a maior parte da produção vem de áreas de desmatamento e sistemas predatórios de produção de madeira. Nossas indústrias florestais podem ser extremamente competitivas se utilizarem produtos florestais certificadas por um selo verde reconhecido internacionalmente. Felizmente, o Brasil tem dado passos expressivos nessa direção. Nos últimos cinco anos saímos de zero para cerca de 870 mil ha de florestas certificadas pelo FSC: o único sistema de certificação florestal com credibilidade perante as ONGs e movimentos sociais do mundo.

Convém notar que, além do potencial de produção sustentável de madeira e outros produtos, as florestas têm um papel importantíssimo na conservação da biodiversidade, regulação do clima global e conservação dos recursos hídricos local e regionalmente. Nesse sentido, a crise do “apagão” podemos ensinar muito. O custo da falta d’água em nossos rios – que é diretamente ligada ao desmatamento – pode ser devastador para o País.

A reformulação do CF é urgente. Entretanto, devemos ir além do duelo de números. O fundamental não é definir quanto podemos desmatar: se x% ou y%. O fundamental é rever nossos paradigmas com relação às florestas e sua importância no fazer da Nação. Se considerarmos as florestas um obstáculo, deixar 20% sem desmatar, como defendem alguns, é muito; deveríamos desmatar tudo. Se, por outro lado, considerarmos as florestas um componente estratégico do nosso futuro, desmatar um só palmo é demais. A meu ver, o futuro e a sustentabilidade do Brasil dependem da recuperação e conservação de nossas florestas. O relatório aprovado pela comissão mista do Congresso aponta um futuro trágico para elas. Seu futuro depende de políticas de crédito, assistência técnica, infraestrutura, educação, pesquisa, etc., direcionadas para a produção florestal sustentável.

Cabe à sociedade e a seus representantes no Congresso Nacional a importante tarefa de decidir o caminho que devemos trilhar.

■ Virgílio M. Viana é professor do Departamento de Ciências Florestais da Esalq-USP
E-mail: vimviana@carpa.ciagri.usp.br